



1.18 • Conjuntura internacional

A reconstrução da Etiópia e influência regional na era Meles Zenawi

Alexandra Magnólia Dias

A MORTE DO PRIMEIRO MINISTRO da Etiópia no Verão de 2012 por motivo de doença gerou incerteza nos planos políticos interno e regional. De estudante de medicina, Meles Zenawi transformou-se em guerrilheiro no movimento de insurreição de reforma, a Frente de Libertação do Povo do Tigré (FLPT), que se opôs ao regime militar socialista do Dergue e com o derrube do dito regime em 1991, metamorfoseou-se em reconstrutor do Estado Etíope.

A transição para a era pós-Meles Zenawi desenrola-se em continuidade com o projecto político do líder do partido no poder: Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (FRDPE). O seu sucessor, Hailemariam Desalegn, enquanto vice-secretário-geral do FRDPE foi nomeado como o novo Primeiro-Ministro até às eleições de 2015.

A oposição ao Dergue (1975-1991)

O Dergue, palavra que em amárico significa comité, reporta-se a um grupo de militares que derrubaram o regime imperial de Haile Selassié em 1974, implementaram um estilo de governação revolucionário, de inspiração marxista-leninista, caracterizado por um modo de exercício do poder autoritário e medidas de repressão política que ficaram conhecidas como a campanha do Terror Vermelho. Apesar dos proclamados objectivos revolucionários, o Dergue manteve linhas significativas de continuidade com o regime imperial particularmente em termos da relação entre o Estado central e a periferia, entre as altas zonas montanhosas e as terras baixas, entre o grupo maioritário dos Amara e os restantes grupos étnicos. As políticas do Dergue e o crescendo autoritarismo conduziram à emergência de focos de oposição. Neste contexto, surge a FLPT oficialmente em 1975. De entre a sua liderança destacam-se: Meles Zenawi, Sebhat Nega e Aregawi Berhe.

As ligações entre a FLPT e aquele que se tornou o principal movimento de insurreição na Eritreia – Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE) – foram essenciais para o desenvolvimento da FLPT de movimento de insurreição com uma base rural entre os camponeses do Tigré até formação militar capaz de expulsar o Dergue do Tigré em 1989.

Antes da tomada da capital, a FLPT liderou a criação de uma coligação de diversos movimentos, que iria derrubar o Dergue e que desde então se consolidou enquanto partido no poder, a FRDPE.

A reconstrução do Estado Etíope (1991-2012)

A FRDPE tomou o poder enquanto aliança de quatro partidos de base étnica – a FLPT com base no Tigré (os tigrinha perfazem 6,1 % do total da população), a Organização Democrática do Povo Oromo com base na Região de Oromia (ODPO)

(os oromo perfazem 34,5 %), o Movimento Nacional Democrático Amara (MNDA) com base na região Amara (os amara 26,9 %) e o Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (MDPSE) com base na Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul (reunindo uma amálgama de grupos étnicos minoritários que por vezes perfazem apenas 10.000). A FRDPE estabeleceu o Governo de Transição da Etiópia em 1991. A Frente de Libertação Oromo (FLO) inicialmente participou da coligação no entanto afastou-se em 1992 sob alegações de que os Oromo estavam a ser discriminados. A FRDPE com o fim período de transição e proclamada a nova Constituição em 1995, introduziu um modelo de federalismo étnico em ruptura com a trajectória do Estado nos regimes precedentes. O modelo unitário foi posto em causa pela consagração, no Art.º 39 da Constituição, do direito dos diversos grupos étnicos denominados de Nações, Nacionalidades e Povos da Etiópia a governarem-se e à auto-determinação. O modelo previa a descentralização do centro para as regiões respeitando o pluralismo cultural do Estado multi nacional e multi confessional da Etiópia. Em termos políticos, o modelo visava mitigar as clivagens regionais, religiosas e étnicas e entre Etíopes das terras altas e das terras baixas, entre o grupo maioritário tradicionalmente associado ao Estado, os Amara em particular da região de Shona, e os restantes grupos étnicos da Etiópia, e entre cristãos da Igreja Ortodoxa da Etiópia, 44,3 %, e restantes confissões religiosas, particularmente os muçulmanos, que de acordo com o censo de 2007 perfazem 33,9 %, e os protestantes 18,6 %. Apesar de alguma devolução de poder às regiões e da introdução de medidas de reconhecimento da diversidade cultural dos grupos étnicos minoritários, o processo seria afectado pela guerra entre a Etiópia e a Eritreia (1998-2000) e pelas eleições de 2005. As eleições de 2005 quase conduziram a uma derrota do partido no poder na capital e, em algumas regiões, caso os resultados tivessem sido contados e publicitados de forma transparente.

A guerra com a Eritreia, que tinha formalmente acedido à independência em 1993, veio reacender a versão militante do nacionalismo etíope e permitiu veicular fortes críticas ao modelo de Federalismo étnico como causa potencial do desmembramento da Etiópia. A questão da perda de acesso directo ao mar por parte da Etiópia com a independência da antiga colónia italiana e a tomada do porto de Assab em território Eritreu constituíam para vastos segmentos da opinião pública, na capital e na diáspora, o fim último da guerra. Apesar da vitória militar por parte das Forças Armadas da Etiópia (FAE), após o cessar-fogo e Acordo de Paz de 2000, as tropas etíopes retiraram

de território eritreu e a questão do falhanço em reocupar o porto de Assab, que seria sempre ilegítimo em termos de Direito Internacional, foi objecto de intenso debate. Este e outros diferendos relativamente à conduta e resultados da guerra conduziram a uma crise política interna no seio da FLPT em 2001 e ao enfraquecimento de Meles Zenawi junto dos veteranos do partido. Neste momento crítico, Meles Zenawi revelou-se hábil na criação de alianças com as restantes organizações do partido no poder e ampliou o seu apoio para além do grupo étnico minoritário do Tigré.

Em termos militares, após o derrube do Dergue, o Governo de Transição conduziu com o apoio de Organizações Internacionais, nomeadamente do Banco Mundial, um ambicioso processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de 500.000 efectivos das FAE e de 20.000 combatentes da Frente de Libertação Oromo. Com o término da Guerra e a manutenção das FAE ao longo da fronteira de 1.000 km com a Eritreia assistiu-se a uma inversão da orientação política anterior de desmilitarização.

As eleições de 2005 vieram colocar em causa as credenciais democráticas do partido no poder e do Primeiro-Ministro Meles Zenawi. Após a comunicação dos resultados eleitorais, a contestação da fidedignidade dos resultados pela oposição conduziram a manifestações que foram controladas pelas forças de segurança tendo conduzido a 200 mortes e 700 feridos. 2005 marcou uma ruptura com o processo de democratização e o acentuar das tendências autoritárias do regime, nomeadamente o encerramento do espaço político para a participação cívica e competição eleitoral, a proibição de actividades e criação de organizações não governamentais, as perseguições e aprisionamento de políticos da oposição e de jornalistas que publicassem artigos de crítica ao regime e as perseguições políticas ao abrigo das Leis Contra-o-Terrorismo. Os resultados das eleições de 2010 atestam do total encerramento do espaço político para participação pacífica com a eleição de um único deputado por um partido da oposição e com a FRDPE a alcançar 99,6% do total de votos. Após as eleições de 2010, o Primeiro-Ministro deu início a um processo de mudança generacional na FRDPE tendo afirmado publicamente o seu objectivo de afastamento antes das eleições de 2015.

Em termos económicos e sociais, Meles Zenawi revelou-se hábil na atracção de Ajuda ao Desenvolvimento e na captação de Investimento Directo Estrangeiro. O BM classificou a Etiópia como uma das economias em crescimento em África, particularmente no período de 2003-2007. O Plano de Crescimento e Transformação para a Etiópia (2011-2015) foi um produto da sua visão baseando-se inicialmente numa estratégia de apoio

à agricultura comercial de pequenos proprietários. No entanto, no contexto da crise de 2007-2008 o Primeiro-Ministro anunciou outras medidas em colisão com esta orientação, incluindo mega projectos de construção de barragens, de plantações de açúcar e de locação em grande escala de terrenos agrários para investidores estrangeiros produzirem géneros alimentícios para exportação. As dificuldades de contenção da inflação constituem um desafio adicional porque os seus efeitos são mais ressentidos em áreas urbanas. Em 2011, de uma população total estimada em 90 milhões, 2,8 milhões encontravam-se em situação de necessidade de assistência alimentar. A escolha de Hailemariam Desalegn como Primeiro-Ministro prende-se com o objectivo de manutenção do equilíbrio étnico, Hailemariam Desalegn tal como Meles Zenawi, são oriundos de grupos étnicos minoritários e não dos grupos maioritários dos Amara ou Oromo, sendo oriundos de Wólaita e do Tigré respectivamente. Em contraste, Hailemariam é protestante (da Igreja Evangélica Etíope Mekane Yesu) enquanto Meles era cristão ortodoxo, o actual Primeiro-Ministro é um técnico com formação em engenharia que ascendeu da Presidência da Região dos Povos, Nações e Nacionalidades (cargo que ocupou entre 2003 e 2006), ao passo que Meles se revelou hábil na sua consolidação enquanto político e ao contrário do anterior as suas credenciais de legitimidade basearam-se na sua trajectória num movimento de insurreição que se opôs ao Dergue. No entanto, as forças de segurança e de defesa permanecem controladas por membros da FDRPE ligados ao FLPT, sendo tendencialmente os cargos de maior importância para o controlo do Estado ocupados por membros leais ao antigo Primeiro-Ministro e originários do Tigré, em particular: Berhane Gebrekristos (diplomata), Neway Gebreab (economista), Samora Younis (Chefe de Estado Maior das Forças Armadas), Getachew Assefa (Director do aparelho de segurança) e Abay Woldu (Presidente da Região do Tigré). As opções políticas e os dilemas do partido no poder e do Primeiro-Ministro, prendem-se com a necessidade de proceder à abertura do espaço político para a participação cívica e partidária e para a restauração do processo de democratização interrompido em 2005. A acomodação dos diversos grupos étnicos e religiosos permanece um desafio, os focos de oposição armada, nomeadamente por parte da FLO e da Frente de Libertação Nacional do Ogaden (FLNO) só têm sido controlados através do forte aparato militar. A devolução de poder às regiões permanece refém do seu controlo por parte de membros do partido no poder. Ademais, as tensões entre muçulmanos e o Estado têm vindo a aumentar com as intromissões por parte do partido no poder que tem vindo a impôr os ensinamentos e líderes de Al-Ahbash em detrimento de líderes de inspiração sufi que tradicionalmente mobilizam apoio entre os Etíopes que se identificam enquanto muçulmanos. A estratégia de imposição de Al-Ahbash, tem sido levada a cabo ao abrigo do combate ao terrorismo e à penetração na Etiópia

de influência wahabita e salafita, associada aos movimentos militantes islamitas. Meles Zenawi em Abril do ano passado afirmava no Parlamento que islamitas militantes teriam criados células no Sul da Etiópia, nas regiões de Bali e Arse, para planearem ataques em território etíope. Permanece a tendência para, ao abrigo das leis anti terroristas, o governo prender tanto membros indesejáveis por razões políticas e/ou religiosas, como os verdadeiros instigadores.

A Etiópia no Corno de África e na sociedade internacional

A Etiópia partilha fronteiras com seis Estados vizinhos: o Jibuti (337 km), a Eritreia (912 km), o Quénia (830 km), a Somália (1.626 km), o Sudão do Sul (606 km) e o Sudão (1.000 km). De todos os Estados vizinhos contíguos apenas a Eritreia, em 2007, suspendeu temporariamente a sua condição de membro da organização internacional para a região: a Autoridade Inter governamental para o Desenvolvimento (IGAD, segundo a designação em inglês, da qual o Uganda também é membro). Apesar das ramificações dos conflitos regionais para o funcionamento do IGAD (a guerra de 1998 a 2000 entre a Etiópia e a Eritreia, Sudão até à separação do Sudão do Sul e Somália) e as limitações ao seu papel na resolução dos referidos conflitos, a Etiópia sob Meles Zenawi influenciou as orientações da organização regional, mantendo um papel preponderante na mediação entre os Presidentes do Sudão Omar Bashir e do Sudão do Sul Salva Kiir e disputando apenas influência regional com o Quénia relativamente à Somália.

“ [...] a transição oferece uma oportunidade única em termos de uma maior abertura interna de espaço político para a competição eleitoral. ”

A participação da Etiópia em operações de Apoio à Paz, a intervenção controversa ao lado do Governo Federal de Transição da Somália de 2006 a 2009, para conter a ascensão do Conselho de Tribunais Islâmicos, a manutenção de contingentes das Forças Armadas na fronteira entre a Etiópia e a Somália e na fronteira entre a Etiópia e a Eritreia atestam da capacidade organizacional e de projecção de força das Forças Nacionais de Defesa da Etiópia (FNDE). Entre uma força total de 3.979 elementos, a Etiópia contribui com 3.900 efectivos para a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISEA) e com 1.938 efectivos para a missão híbrida das Nações Unidas e da União Africana no Darfur (MINUAD). Desde a tentativa de assassinato ao antigo Presidente egípcio Hosni Mubarak na Etiópia em 1995, passando pelos atentados terroristas às embaixadas dos EUA no Quénia e na Tanzânia no Verão de 1998, até ao 11 de Setembro de 2011,



Etiópia e os Estados vizinhos. Fonte: OBSERVARE.

a Etiópia tem sido o aliado central na estratégia dos EUA de combate ao Terrorismo para a Região do Corno de África. Esta aliança tornar-se-ia mais evidente com a intervenção da Etiópia na Somália. Entre Etíopes e Eritreus há a percepção de que a normalização de relações entre os dois governos só seria possível após o afastamento dos dois líderes que falam a mesma língua e se identificam com o mesmo grupo étnico. Nesta dimensão não se espera que o actual governo se vá afastar da política de “nem paz, nem guerra” até que ambos os governos encontrem uma solução política. Os destinos dos dois Estados permanecem inexoravelmente associados, particularmente no caso da Eritreia que fazia depender grande parte do seu orçamento dos serviços portuários prestados à Etiópia e do Tigré para importação e exportação dos seus produtos. No caso da Etiópia, apesar de ter diversificado o seu acesso ao mercado internacional via os portos de Jibuti e de Berbera (Somalilândia), o porto de Assab (Eritreia) em termos de distância oferece maiores vantagens comparativas. Ademais, a rivalidade entre os dois governos conduziu a uma interferência nos assuntos internos de ambos mediante apoio aos movimentos de insurreição e/ou partidos da oposição e a uma interferência regional em outros conflitos mediante apoio por parte da Eritreia à facção oposta aquela apoiada pela Etiópia: o que se tornou mais flagrante pelo alegado apoio da Eritreia a islamitas e ao movimento *al-shabaab* da Somália. Em conclusão, a transição oferece uma oportunidade única em termos de uma maior abertura interna de espaço político para a competição eleitoral. A democratização na Etiópia foi interrompida e a realização de eleições actualmente trata-se de mera fachada ou de um ritual em que os Etíopes participam sem convicção e sem entusiasmo. Os desafios em termos económicos e sociais não poderiam ser mais fulcrais, quer em termos de distribuição de riqueza e de capacidade de contenção da inflação, quer em termos da acomodação da diversidade étnica, como religiosa, particularmente no que concerne o tratamento dos Etíopes que se identificam com o Islão. A transição é incerta. Por enquanto, as linhas de continuidade são as mais salientes e as verdadeiras mudanças a processarem-se poderiam conduzir à alternância pacífica partidária nas eleições de 2015, o que constituiria a grande ruptura com a tradição política da Etiópia em que a alternância no poder só tem sido alcançada mediante o recurso à força. ■